



100 dias de Custódio

Privatizando serviços públicos

JOÃO SCHUBERT

7 - Voltemos ao plano de governo. Mais uma ação prioritária, prometida na página 12: 'Apoiar as pequenas e microempresas, como as maiores geradoras de trabalho para todos os segmentos da população'.

Como, mais uma vez, o poder público não fez nada, Juiz de Fora perdeu, só em janeiro, quase mil postos de trabalho. O setor do comércio fechou 620 vagas. Isso sem falar das demissões nas grandes empresas, como Arcelor Mittal, Votorantim e MRS. Novas estatísticas devem ser divulgadas ainda este mês, e a previsão é de que os números serão piores. Alguém ouviu alguma coisa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico? Do prefeito? Ninguém! Parece que pretendem apontar a invasão norte-americana no Iraque como causa do desemprego na cidade.

8 - Sabem de uma coisa que não está no plano de governo de Custódio Mattos e nem prevista nas ações prioritárias? A Curva do Lacet!

Como todos sabem, Custódio tentou vetar o projeto do vereador Bruno Siqueira, que dificultava a venda do terreno, exigindo que qualquer negociação do local deve ter aprovação de dois terços dos vereadores, seguida de re-



•Custódio queria plenos poderes para negociar o terreno da Curva do Lacet

ferendo popular. O prefeito queria autonomia total para negociar o bem público, mas perdeu por 13 votos a cinco. Juiz de Fora saiu vitoriosa! Alguém tem que avisar Custódio que a função de prefeito é administrar a cidade e não vender bens públicos sabe-se lá com quais intenções. Ainda estamos procurando as causas que levaram o prefeito a rasgar seu plano de governo, ignorar suas ações prioritárias e se jogar com tanta voracidade na venda do dito terreno.

9 - Mesmo ignorado e rasgado pelo prefeito Custódio Mattos, voltemos ao plano de governo do candidato Custódio Mattos.

Página 9:

'Fortalecimento da

coleta seletiva de lixo e mais equipamentos para o Demlurb'.

Ignorando mais uma ação tida como prioritária, que era o fortalecimento da empresa, Custódio lançou edital cheio de contradições, pontos obscuros e valores irrealistas, para alugar 12 caminhões compactadores por 48 meses (praticamente todo o seu mandato), por R\$ 7 milhões, abrindo a possibilidade de contratação de motoristas, relegando, mais uma vez, para segundo plano, os funcionários da empresa. Não precisamos nos estender muito sobre o assunto, pois ele ocupa hoje as principais páginas de jornais e os horários nobres de rádios e televisões. O esfregão nas pretensões de Custódio veio de outro trabalhador, Cosme Nogueira, presidente do Sin-

dicato dos Servidores da Prefeitura: "Custódio prometeu que ia investir no Demlurb para desfazer boatos ligando seu nome a uma possível intenção de privatizar a empresa. Quando surge a oportunidade para ele desmentir tais acusações, ele faz o inverso. Qualquer pessoa sabe que esse edital ameaça o futuro do Demlurb". De maneira desordenada e confusa, a Prefeitura tenta agora refazer o edital, que pode acabar saindo do noticiário local para o noticiário policial.

10 - Custódio volta a enfiar os pés pelas mãos em outro importante ponto que também não estava no seu programa de governo: o preço da água.

A Cesama, cumprindo

ordem do alcaide, pretendia reajustar em 16,29% as contas de água a partir de 1º de abril. A Promotoria de Defesa do Consumidor ajuizou, no dia 25 de março, ação cautelar, com pedido de liminar, para impedir o reajuste. Como a Justiça ainda não se pronunciou, o reajuste entrou em vigor no dia 1º de abril. Se a Promotoria ganhar a causa, os valores cobrados a mais terão que ser devolvidos. Plínio Lacerda, titular da Promotoria de Defesa do Consumidor, argumenta que o reajuste está em desacordo com as diretrizes da Lei Federal 11.445/2007, que prevê a criação de órgão regulador, não existente em Juiz de Fora, para avaliar a pertinência da fixação e reajuste de tarifas. Como um trator, Custódio pretende, e deve conseguir, passar por cima dos direitos dos juizforanos e colocar suas máquinas caça-níqueis para encher os cofres da Prefeitura.

Enfim, Custódio não cumpre o que prometeu, não executa seu plano de governo e se debruça com rara avidez sobre questões financeiras, muitas obscuras, para amealhar recursos para os cofres públicos que, pelo andar da carruagem, deverão ser usados para contratação de serviços de terceiros, como é o caso do Demlurb.

Continua amanhã